

Projeto de governadores causa reação do STF

Emenda propõe proibição à concessão de liminares que causem despesas até fim de 98

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — Os governadores criaram ontem um foco de atrito com o Poder Judiciário ao apresentar ao Congresso um pacote de medidas que impõem restrições à atuação dos juizes. Se for aprovada, uma das propostas dos governadores suspende até 31 de dezembro de 1998 a concessão de liminares em ações judiciais que criem despesas para os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

A idéia provocou reação imediata no Supremo Tribunal Federal (STF). Ouvido pelo **Estado**, o presidente do STF, Sepúlveda Pertence, acusou os governadores de tentar promover um retorno ao tempo dos atos institucionais do regime militar. "É preciso tomar cuidado para que as dificuldades financeiras dos Estados não se convertam em manifestações tão explícitas de nostalgia dos tempos dos atos institucionais."

Pertence observou que, de acordo com o projeto levado ao Congresso, a proibição imposta à concessão de liminares duraria até o fim do mandato dos atuais governadores. "O pior é se gostarem da experiência e forem reeleitos ou, então, se os seus sucessores não estiverem dispostos a não gozar também das delícias do governo absoluto." E concluiu: "Confio no Congresso Nacional."

Pacote — O projeto que restringe a concessão de liminares faz parte de um pacote de sete medidas destinadas a atenuar a crise financeira enfrentada pelos Estados. O pacote foi entregue ao presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), pelos governadores do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), e de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB).

Numa proposta de emenda constitucional que faz parte do pacote, os governadores pedem que seja atribuída ao plenário dos Tribunais de Justiça dos Estados a competência para julgar causas que afetem financeiramente órgãos do Legislativo, do próprio Judiciário e do Executivo.

O objetivo da emenda é acabar com o que Suruagy chamou de "monocracia dos juizes". "Um juiz possui hoje isoladamente um poder imenso e suas decisões podem prejudicar toda a coletividade", disse. O governo de São Paulo, por exemplo, deve atualmente mais de R\$ 5 bilhões por causa de sentenças judiciais.

No encontro com Sarney, Cristovam Buarque contou que na sexta-feira um juiz concedeu uma liminar

de seqüestro de bens do governo do Distrito Federal, no valor de R\$ 38 milhões, para o pagamento de uma ação de um grupo de médicos, julgada em última instância.

"Se eu pagar essa dívida, ficarei sem dinheiro para pagar os funcionários da saúde, os hospitais poderão fechar e a população ficará sem atendimento", disse. Se a emenda proposta pelos go-

vernadores estivesse em vigor, a liminar só poderia ter sido concedida pelo plenário do Tribunal de Justiça.

O pacote dos governadores também inclui projetos divulgados na semana passada. Todos tratam da renegociação das dívidas estaduais. Um deles obriga o Tesouro Nacional a financiar o pagamento das dívidas judiciais pendentes em 30 anos.

Cristovam e Suruagy negaram que o pacote represente um rompimento com o governo federal. "Estamos agindo em duas frentes", explicou Suruagy. "Tratamos com o Congresso medidas de interesse geral dos Estados e com o Ministério da Fazenda as questões específicas", explicou. "Os técnicos do governo vão perceber que nossas propostas também são vantajosas para o governo", disse Cristovam.



PERTENCE
VÊ SAUDE
DE ATOS
INSTITUCIONAIS